

**A SEGUNDA ONDA SOB O AUTORITARISMO: IMPRENSA FEMINISTA E
DISPUTAS NA DITADURA CIVIL – MILITAR BRASILEIRA**

**LA SEGUNDA OLA BAJO EL AUTORITARISMO: PRENSA FEMINISTA Y
DISPUTAS EN LA DICTADURA CÍVICO-MILITAR BRASILEÑA**

Recebido em: 25/02/2026

Aceito em: 31/03/2026

Pulicado em: 09/08/2026

Maria Aline Matos de Oliveira¹ 
Universidade Federal da Bahia

Resumo: O presente artigo analisa a atuação da imprensa feminista brasileira na década de 1970, no contexto da ditadura civil-militar, tomando como objeto os jornais BRASIL MULHER (1975-1980) e NÓS MULHERES (1976-1978). Inserido no debate sobre a chamada “segunda onda” do feminismo, o estudo busca compreender como esses periódicos se constituíram como espaços de produção discursiva e de disputa de sentido acerca da autonomia feminina, da luta de classes e da legitimidade da pauta de gênero em meio ao autoritarismo. A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada em análise documental dos exemplares dos jornais e em diálogo com a bibliografia especializada sobre feminismo, ditadura e movimentos sociais. Argumenta-se que a imprensa feminista não se limitou à divulgação de reivindicações, mas atuou como arena de legitimidade política, onde se negociaram identidades, estratégias e prioridades no interior do movimento. Conclui-se que, sob vigilância e censura, os jornais desempenharam papel fundamental na construção de uma esfera pública feminina, contribuindo para a consolidação do feminismo como campo plural, atravessado por tensões internas e disputas simbólicas no cenário político da década de 1970 no Brasil.

Palavras-chave: Feminismo; Imprensa Alternativa; Ditadura Civil-Militar; Segunda Onda; Disputas de Sentido.

Resumen: El presente artículo analiza la actuación de la prensa feminista brasileña en la década de 1970, en el contexto de la dictadura civil-militar, tomando como objeto los periódicos BRASIL MULHER (1975-1980) y NÓS MULHERES (1976-1978). Inserto en el debate sobre la llamada “segunda ola” del feminismo, el estudio busca comprender cómo estas publicaciones se constituyeron en espacios de producción discursiva y de disputa de sentido en torno a la autonomía femenina, la lucha de clases y la legitimidad de la agenda de género en medio del autoritarismo. La investigación adopta un enfoque cualitativo, fundamentado en el análisis documental de los ejemplares de los periódicos y en el diálogo con la bibliografía especializada sobre feminismo, dictadura y movimientos sociales. Se sostiene que la prensa feminista no se limitó a divulgar reivindicaciones, sino que actuó como arena de legitimidad política, donde se negociaron identidades, estrategias y prioridades dentro del movimiento. Se concluye que, bajo vigilancia y censura, estos periódicos desempeñaron un papel fundamental en la construcción de una esfera pública femenina, contribuyendo a la consolidación del feminismo como un campo plural, atravesado por tensiones internas y disputas simbólicas en el escenario político brasileño de la década de 1970.

Palabras-chaves: Feminismo; Prensa alternativa; Dictadura civil-militar; Segunda ola; Disputas de sentido.

INTRODUÇÃO

A chamada “segunda onda” do feminismo, emergida nos Estados Unidos e na Europa na década de 1960², consolidou-se como movimento que, para além da reivindicação de direitos

¹ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestra em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Especialista em História das Mulheres e de Gênero pela Faculdade Iguaçu. Desenvolve pesquisas voltadas às relações entre gênero, memória e ditadura civil-militar no Brasil. E-mail: mariaaline.historia@gmail.com

² A “segunda onda” feminista ressurgiu na década de sessenta, nos Estados Unidos, e espalhou-se por diversos países. Nesse momento, ampliou-se o debate sobre a opressão feminina, com discussões em relação à família,

formais, problematizou as bases simbólicas e institucionais responsáveis pela manutenção das hierarquias de gênero. Inserido no amplo cenário de mobilizações sociais do período, o feminismo distinguiu-se por enfatizar a especificidade das demandas femininas e por afirmar as mulheres como sujeito político coletivo. Como observa Ana Alice Costa (2005), embora articulado a outras lutas sociais, o movimento diferenciava-se por questionar os sistemas culturais e políticos historicamente responsáveis pela subordinação feminina.

Na América do Sul, entretanto, a emergência do feminismo ocorreu sob condições políticas marcadas por regimes autoritários instaurados entre as décadas de 1960 e 1980. Diferentemente do contexto democrático vivenciado nos países centrais, as ditaduras do Cone Sul impuseram censura, repressão e restrições às formas de organização coletiva. Conforme destaca Joana Maria Pedro (2010), além de antidemocráticos, esses regimes assumiram também caráter antifeminista, dificultando a identificação pública com a pauta de gênero. Ainda assim, o feminismo ressurgiu na região na década de 1970, adaptando-se às condições locais e produzindo formas específicas de organização e resistência.

No Brasil, a rearticulação do movimento feminista ocorreu sob a vigência da ditadura civil-militar (1964-1985), contexto que condicionou suas estratégias de atuação e seus modos de expressão pública. A luta pela emancipação feminina desenvolveu-se, assim, sob vigilância estatal, articulando-se às demandas democráticas mais amplas e enfrentando tensões internas no interior da própria esquerda. Essa experiência situada conferiu à segunda onda brasileira características próprias, marcadas por negociações, conflitos e disputas quanto à centralidade da pauta de gênero.

É nesse cenário que surgem os jornais *Brasil Mulher* (1975-1980) e *Nós Mulheres* (1976-1978), vinculados à chamada imprensa alternativa. Mais do que veículos informativos, esses periódicos constituíram-se como espaços de produção discursiva e de construção de legitimidade política. Neles se materializaram debates acerca da autonomia feminista, da relação com a luta de classes e da definição das prioridades estratégicas do movimento. A imprensa, nesse sentido, não atuou apenas como meio de divulgação de reivindicações, mas como arena de disputa simbólica, onde se negociaram identidades políticas e sentidos atribuídos à emancipação feminina sob o autoritarismo.

mercado de trabalho, sexualidade, direito ao prazer e contra o patriarcado. Ver: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Sheibe. *Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris*. ArtCultura, Uberlândia, v.9 n° 14, p. 55-69, jan/jun. 2007.

Metodologicamente, o estudo adota abordagem qualitativa, com análise documental dos exemplares dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, compreendidos como fontes históricas e como práticas discursivas inseridas em um campo de disputas políticas e simbólicas.

Partindo dessa perspectiva, este artigo analisa como a imprensa feminista atuou como espaço de disputas de sentido no interior da segunda onda sob a ditadura civil-militar brasileira. Por meio da análise qualitativa dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, busca-se compreender de que maneira esses periódicos contribuíram para a constituição de uma esfera pública feminina, evidenciando tensões, negociações e conflitos que atravessaram o movimento na década de 1970. Argumenta-se que, longe de representar um campo homogêneo, o feminismo brasileiro configurou-se como espaço plural e atravessado por relações de poder, no qual a imprensa desempenhou papel central na produção de discurso, memória e legitimidade política.

FEMINISMO, AUTORITARISMO E PRODUÇÃO DE DISCURSO NA DÉCADA DE 1970

No Brasil, a ditadura civil-militar instaurou-se em 1964 e estendeu-se até 1985, configurando um período marcado por forte repressão política e autoritarismo. O regime foi caracterizado pela censura aos meios de comunicação, perseguições, prisões arbitrárias, exílios, práticas sistemáticas de tortura e assassinatos de indivíduos considerados subversivos ou opositores da ordem estabelecida.

Entretanto, a partir da década de 1970, iniciou-se um processo de distensão política, particularmente após a posse do presidente Ernesto Geisel, em 1974. Ao anunciar que a abertura ocorreria de forma “lenta, gradual e segura”, o governo sinalizou uma estratégia controlada de transição, ainda sob a tutela das Forças Armadas. Esse movimento não implicou o fim imediato da repressão, mas abriu brechas institucionais e políticas que possibilitaram a reorganização de setores da sociedade civil.

É nesse contexto que ressurgem alguns movimentos sociais, entre eles o Movimento Feminino pela Anistia e o movimento feminista, ambos articulados em meados da década de 1970. Mesmo sob vigilância e restrições impostas pelo regime, esses grupos encontraram formas de atuação política, inscrevendo suas demandas no cenário mais amplo das lutas pela redemocratização e pelos direitos civis.

A chamada “segunda onda” feminista no Brasil consolidou-se, simbolicamente, em 1975, ano em que a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o Ano Internacional da Mulher. A iniciativa inaugurou também a Década da Mulher (1975-1985), criando um marco

institucional que foi estrategicamente apropriado por grupos femininos no país. Em meio ao regime autoritário, essa agenda internacional funcionou como uma espécie de cobertura legítima que possibilitou a emergência e reorganização do movimento feminista brasileiro, permitindo que determinadas pautas fossem introduzidas no debate público sob menor suspeita política.

Nesse contexto, o movimento de mulheres ganhou novo impulso, ainda que de forma cautelosa, iniciando discussões sobre desigualdades de gênero, direitos reprodutivos, violência e participação política. Uma das características marcantes do feminismo brasileiro na década de 1970 foi sua heterogeneidade, reunindo mulheres provenientes de distintos grupos sociais e correntes políticas, com significativa presença de militantes vinculadas à esquerda. Muitas dessas mulheres haviam participado de organizações de resistência ao regime, experimentado o exílio, a prisão ou a tortura, o que conferiu ao movimento uma forte dimensão política e contestatória. Assim, o feminismo brasileiro articulou-se simultaneamente à luta pela redemocratização e ao enfrentamento das múltiplas formas de opressão vivenciadas pelas mulheres na sociedade. Como observa Maria Amélia Teles (1999), a mulher brasileira retornou ao cenário político, especialmente nos movimentos em defesa do restabelecimento da democracia, ainda que não dispusesse, naquele momento, de um espaço plenamente autônomo para tratar de suas especificidades enquanto sujeito coletivo.

O feminismo da chamada “segunda onda” no Brasil ressurgiu profundamente vinculado ao contexto sociopolítico da época, marcado pela vigência da ditadura civil-militar. Nesse cenário, a luta pela emancipação feminina não se dissociava da defesa das liberdades democráticas e da contestação ao autoritarismo. As reivindicações por igualdade de gênero articulavam-se, portanto, às demandas mais amplas pela redemocratização do país.

Essa interdependência conferiu ao movimento feminista brasileiro características específicas, distinguindo-o das experiências observadas nos Estados Unidos e na Europa. Enquanto nesses países o feminismo já se apresentava como movimento social consolidado, com maior visibilidade e amplitude organizativa, no Brasil ele ainda ensaiava seus primeiros passos sob vigilância e repressão. A emergência do feminismo brasileiro ocorreu, assim, em meio a tensões políticas que condicionaram suas formas de organização, linguagem e estratégias de atuação.

É nesse sentido que Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff destacam que o feminismo latino-americano e, particularmente, o brasileiro, desenvolveu-se de maneira singular, combinando a luta contra a opressão de gênero com o enfrentamento às estruturas autoritárias do Estado. “[...]As ditaduras dos países Latino-americanos geraram um contexto

muito diferente, impedindo ou restringindo as ações dos movimentos sociais em geral, criando, assim condições diferenciadas para o feminismo que emergiu nesses países” (Pedro; Wolff, 2011, p. 400).

No Brasil, conforme assinala Joana Maria Pedro (2006), um dos marcos iniciais do movimento feminista ocorreu em julho de 1975, com a realização de uma reunião na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, ocasião em que foi criado o Centro da Mulher Brasileira. A partir dessa iniciativa, outras organizações passaram a surgir, como o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, em São Paulo, além de núcleos e grupos em diferentes regiões do país.

Entre os objetivos do Centro da Mulher Brasileira destacava-se a criação de um departamento de ações comunitárias voltado à intervenção nas problemáticas específicas vivenciadas pelas mulheres. Entretanto, as pautas feministas não se desenvolveram de forma isolada; ao contrário, articularam-se aos movimentos sociais de mulheres nos bairros populares das grandes cidades. Nesses espaços, as demandas por melhores condições de vida, como saúde, moradia, transporte e emprego, tornaram-se pontos de convergência entre militância comunitária e reflexão feminista.

As feministas, ao participarem dessas reuniões, ampliavam o alcance político do movimento, incorporando as reivindicações das mulheres das periferias e estabelecendo pontes entre as lutas por direitos sociais e a crítica às desigualdades de gênero. Desse modo, o feminismo brasileiro constituiu-se de maneira articulada às mobilizações populares urbanas, combinando agendas específicas da condição feminina com reivindicações estruturais relacionadas às condições materiais de existência.

Nessa perspectiva, Céli Regina Jardim Pinto (2003) destaca que mulheres de diferentes classes sociais e orientações ideológicas protagonizaram, em distintos momentos da história brasileira, mobilizações contra a carestia e as precárias condições de vida. Na década de 1970, especialmente na cidade de São Paulo, mulheres residentes em bairros populares e periféricos organizaram-se coletivamente para reivindicar melhorias nas áreas de habitação, saúde, educação e acesso a creches. Essas iniciativas frequentemente se estruturavam em torno dos chamados clubes de mães, que contaram, em muitos casos, com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) vinculadas à Igreja Católica.

Foi nesse ambiente de mobilização comunitária que emergiu o Movimento do Custo de Vida, organizado em resposta ao aumento dos preços e à deterioração das condições econômicas, alcançando repercussão nacional. Conforme observa Maria Amélia Teles (1999),

tais movimentos expandiram-se progressivamente por diferentes regiões do país, priorizando reivindicações voltadas às necessidades coletivas das comunidades.

Entretanto, apesar de serem organizados e protagonizados por mulheres, esses movimentos não se configuravam, inicialmente, como feministas em sua formulação ou objetivos. Suas pautas concentravam-se em demandas sociais e comunitárias mais amplas, não problematizando, naquele momento, de forma explícita, as desigualdades de gênero ou a condição específica das mulheres na estrutura social. Essa distinção é fundamental para compreender as múltiplas formas de organização feminina no período e as tensões entre mobilização comunitária e identidade feminista no contexto da ditadura.

Todavia, esses movimentos mantiveram interlocução com grupos feministas, cujas militantes passaram a frequentar as reuniões organizadas pelas mulheres dos bairros populares, compartilhando reflexões e ampliando o escopo das discussões sobre as condições de vida nas comunidades. Tal aproximação evidenciou a heterogeneidade interna do movimento, que reunia diferentes matrizes ideológicas e políticas, incluindo feministas e representantes da Igreja Católica vinculados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Conforme analisa Cynthia Sarti (2004), as organizações femininas nos bairros populares surgiram e se fortaleceram no interior dessa linha de trabalho pastoral, o que gerou tensões entre feminismo e Igreja na disputa por influência e hegemonia junto aos grupos populares. Essa convivência produziu limites e negociações no interior das mobilizações, especialmente no que diz respeito às pautas debatidas.

Assim, os temas considerados centrais e socialmente legitimados nos encontros, como a condição da mulher trabalhadora, a desigualdade salarial e a dupla jornada de trabalho, encontravam maior aceitação. Em contrapartida, questões mais controversas, como sexualidade, direitos reprodutivos e aborto, tendiam a ser silenciadas ou evitadas, sobretudo na presença de representantes ligados à Igreja Católica. Tal dinâmica revela as negociações políticas e simbólicas que atravessavam o movimento de mulheres, evidenciando os limites impostos tanto pelo contexto autoritário quanto pelas disputas internas em torno das agendas feministas. “[...] os dirigentes políticos ou religiosos dos bairros cercavam as feministas para impedi-las de falar sobre sexualidade, violência sexual e doméstica, aborto e, enfim, tudo o que envolvesse mais de perto a condição feminina” (Teles, 1999, p. 76).

Diante de conflitos internos e pressões externas, o movimento feminista passou a ser alvo de desconfiança e críticas tanto por parte dos defensores da ditadura civil-militar quanto de setores da própria oposição ao regime. Para os grupos alinhados ao governo autoritário, o feminismo era visto como mais uma forma de contestação à ordem estabelecida. Entretanto, as

tensões não se limitavam ao campo conservador. No interior da esquerda, o feminismo frequentemente era interpretado como um “desvio pequeno-burguês”, considerado secundário diante da prioridade atribuída à luta de classes.

Como observa Céli Regina Jardim Pinto (2003), parte da esquerda exilada, de orientação marxista e majoritariamente masculina, percebia o feminismo como uma dupla ameaça: por um lado, à unidade do proletariado na luta contra o capitalismo; por outro, às hierarquias de poder mantidas pelos próprios homens no interior das organizações políticas. Assim, ao questionar não apenas o regime autoritário, mas também as relações de gênero no interior das forças oposicionistas, o feminismo tensionava estruturas políticas e simbólicas profundamente enraizadas.

Essa posição ambígua, entre a resistência ao autoritarismo e o enfrentamento das desigualdades de gênero no interior da própria esquerda, evidencia a complexidade do movimento feminista brasileiro na década de 1970, marcado por disputas de legitimidade, reconhecimento e espaço político.

Todavia, apesar dos embates enfrentados, o movimento feminista, na década de 1970, também incorporou de forma mais incisiva as questões relativas à opressão da mulher trabalhadora. Essas discussões alcançaram o campo sindical, especialmente a partir da realização do “I e do II Encontro da Mulher que Trabalha, em 1977 e 1978”, bem como do “I Congresso da Mulher Metalúrgica”, realizado em São Paulo. Tais eventos evidenciaram a crescente inserção das mulheres proletárias no debate público, possibilitando que elas expusessem as condições específicas de exploração e desigualdade vivenciadas no mundo do trabalho. A presença dessas trabalhadoras ampliou o escopo do feminismo brasileiro, ao lançar as pautas operárias e tensionar tanto o sindicalismo tradicional quanto as hierarquias de gênero no interior das organizações de classe. Nesse processo, as demandas por igualdade salarial, melhores condições de trabalho e reconhecimento da dupla jornada tornaram-se elementos centrais da agenda feminista.

Paralelamente, outra forma significativa de atuação do movimento feminista manifestou-se por meio da criação de periódicos próprios. Inspirados pelas experiências internacionais, surgiram no Brasil jornais feministas que passaram a divulgar análises, denúncias e reflexões sobre a condição da mulher na sociedade. Esses veículos desempenharam papel fundamental na circulação de ideias, na formação política e na consolidação de uma esfera pública feminista, contribuindo para ampliar o debate sobre gênero em meio ao contexto autoritário.

O JORNAL BRASIL MULHER NA ARENA DE LEGITIMIDADE

No contexto da ditadura civil-militar no Brasil, a censura aos meios de comunicação constituiu-se como prática recorrente, uma vez que agentes dos órgãos de segurança nacional atuavam diretamente na vigilância e no controle das informações veiculadas pelas instituições jornalísticas. Ainda assim, formas de resistência emergiram por meio de periódicos conhecidos como imprensa alternativa ou nanica.

Esses jornais, geralmente em formato tabloide, apresentavam tiragem irregular e circulação restrita. Sua produção e comercialização ocorriam de maneira artesanal, predominantemente no âmbito da militância estudantil e de esquerda, sendo distribuídos em eventos e nas sedes desses movimentos. A imprensa alternativa era composta, em sua maioria, por militantes contrários ao regime ditatorial.

Entre os principais jornais desse segmento destacaram-se *O Pasquim*, *Opinião*, *Em Tempo* e *Movimento*, com posicionamentos voltados à crítica política; bem como *Versus*, *Ovelha Negra* e *Lampião*, que apresentavam orientação ideológica, sexual e cultural. Nesse cenário, em meados da década de 1970, surgiram dois jornais feministas, *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, igualmente classificados como parte da imprensa alternativa. Segundo Rosalina Leite (2003), as militantes envolvidas nesses periódicos eram oriundas da esquerda; entre elas, havia participantes da militância clandestina, bem como mulheres que haviam sido presas ou exiladas no contexto da repressão ditatorial no país.

O jornal *Brasil Mulher* foi o primeiro periódico feminista vinculado à chamada “segunda onda” no país. Sua criação resultou da articulação entre a luta pela anistia e o Movimento Feminino pela Anistia, ao mesmo tempo em que abordava, em suas matérias, temas relacionados às questões feministas e ao papel da mulher na sociedade.

Inicialmente, o periódico foi dirigido pela jornalista Joana Lopes, na cidade de Londrina (PR). A partir da segunda edição, sua sede foi transferida para São Paulo. A tiragem variava entre 5 e 10 mil exemplares, com periodicidade irregular, podendo ser bimestral ou trimestral. O jornal possuía circulação nacional e era comercializado em livrarias, bancas e por meio de assinaturas.

Publicado entre 1975 e 1980, o *Brasil Mulher* enfrentou, de modo geral, dificuldades financeiras, característica comum aos jornais independentes da época, que dependiam essencialmente da venda de seus exemplares para se manterem em funcionamento. A primeira edição do jornal *Brasil Mulher* foi publicada em 9 de outubro de 1975. Nela, o periódico se apresentava como porta-voz da luta feminista e divulgava, simultaneamente, a campanha pela anistia no Brasil, considerando que, nesse mesmo ano, surgiu o Movimento Feminino pela

Anistia (MFPA), que se articulou ao jornal. No editorial inaugural, afirmava-se: “Brasil Mulher não é o jornal da mulher”³. Tal declaração gerou polêmicas e questionamentos, sobretudo por se tratar de um periódico feminista. Entretanto, a frase indicava a intenção de comunicar que o jornal se destinava à sociedade em geral, incluindo homens e mulheres, e que os temas abordados não se restringiriam exclusivamente às questões femininas. Além disso, o periódico propunha discutir assuntos políticos e sociais mais amplos, com o objetivo de alcançar um público diversificado.

Cabe destacar que, na primeira edição, publicada em 1975, não aparece o termo “feminismo”. A palavra passou a ser utilizada apenas na edição nº 2, publicada em 1976. Conforme observa Maria Amélia Teles (1999), o uso do termo “feminismo” incomodava muitas mulheres, inclusive algumas integrantes da própria equipe responsável pela elaboração do jornal. Esse aspecto pode explicar a ausência do termo na edição inaugural do periódico.

Nesse contexto, o jornal *Brasil Mulher* foi inicialmente concebido a partir da articulação de dois grupos distintos: um voltado à defesa da anistia aos presos políticos e outro interessado em discutir a opressão feminina e as questões feministas. Essa composição resultou em disputas de ideias e divergências internas, sobretudo à medida que o campo temático do periódico foi ampliado, incorporando matérias direcionadas às mulheres e aos problemas por elas enfrentados, como violência e submissão.

Nesse cenário, a posição de Joana Lopes divergia da perspectiva de Therezinha Zerbine, que defendia que o jornal deveria concentrar sua atuação exclusivamente nas pautas do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). Diante desse conflito, Zerbine decidiu desligar-se do *Brasil Mulher*, por não concordar com a abordagem de temas de cunho feminista no periódico.

Após a separação dos dois grupos, foi fundada a Sociedade Brasil Mulher, órgão responsável pela organização e condução do jornal. Conforme assinala Rosalina Leite (2003), ao longo de cinco anos de existência, com a publicação de 20 edições, o *Brasil Mulher* abordou diversas temáticas, entre elas a luta das mulheres por emancipação, promovendo debates teóricos e práticos acerca dos conceitos de exploração, dominação e patriarcalismo.

Paralelamente, o periódico também deu visibilidade às lutas de setores e instituições sociais contra a ditadura civil-militar, destacando pautas relacionadas à campanha pela anistia e ao processo de redemocratização do país. Tal posicionamento estava diretamente vinculado ao engajamento político das integrantes do jornal, que, em sua maioria, eram militantes de

³ Brasil Mulher, editorial, ano I, nº 0, Londrina, 1975. Apud, Leite, 2003, p. 238

esquerda, vinculadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), à Ação Popular Marxista-Leninista (APML) e ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Desse modo, observa-se que o *Brasil Mulher* discutia uma variedade de temas relacionados ao contexto político e social vigente, não se restringindo exclusivamente às questões feministas.

NÓS MULHERES: CIRCULAÇÃO TRANSNACIONAL DE IDEIAS FEMINISTAS

Outro periódico de orientação feminista, o *Nós Mulheres*, surgiu em 1976. Um de seus diferenciais residia na trajetória de suas fundadoras, em sua maioria mulheres que deixaram o país durante a ditadura civil-militar e se exilaram, principalmente na Europa. No exterior, essas brasileiras organizaram grupos de mulheres e feministas em diferentes países. Na França, constituíram o Círculo de Mulheres de Paris⁴, que mantinha correspondência com as militantes vinculadas ao jornal *Brasil Mulher*. Posteriormente, com o retorno ao Brasil, essas mulheres participaram da fundação do jornal *Nós Mulheres*, dando continuidade à sua atuação política no campo feminista.

No que se refere ao Círculo das Mulheres Brasileiras em Paris (1976-1979), pode-se afirmar que o grupo era composto majoritariamente por mulheres oriundas de organizações de esquerda. Conforme aponta Rosalina Leite (2003), muitas dessas mulheres eram ex-militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), tendo deixado o Brasil, sobretudo, após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Inicialmente, o objetivo da organização consistia em discutir a problemática feminina a partir de uma perspectiva socialista. Segundo Bastos (2006), o projeto de estruturação de um grupo voltado à temática feminista surgiu ancorado na visão marxista tradicional acerca dos movimentos de massa. Nesse sentido, o feminismo era compreendido, em um primeiro momento, como estratégia de mobilização de mulheres em favor da luta mais ampla conduzida pelo Partido Comunista em direção à revolução.

⁴ As mulheres brasileiras que se exilaram em diversos países organizaram grupos de mulheres e feministas no exterior. Temos: grupo de mulheres no Chile, coordenado por Zuleika Alambert; em Paris, o grupo de mulheres latino-americanas, coordenado por Yolanda Cerquinho da Silva Prado (Danda Prado); Em Portugal, o grupo de reflexão, estudo e consciência; as reuniões desse grupo ocorriam na residência de Marli Moreira Alves. Ver: PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: WOFF, Cristina Scheibe; PEDRO, Joana Maria (org). Gênero, feminismo e ditaduras no Cone Sul. Florianópolis: Ed: Mulheres, 2010. Ver também: BASTOS, Natalia de Souza. Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda. Brasil - anos 1960-1980. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

Entretanto, à medida que o número de participantes do Círculo se ampliava, emergiram divergências internas quanto à centralidade da perspectiva marxista e à vinculação do movimento às organizações partidárias. Progressivamente, as integrantes passaram a questionar essa orientação e a defender a autonomia do movimento feminista, sustentando que a luta contra a opressão das mulheres deveria constituir-se como pauta específica, não necessariamente subordinada às diretrizes dos partidos de esquerda. Assim, para parte dessas mulheres, a luta de classes e a libertação feminina configuravam-se como agendas distintas e, por vezes, tensionadas.

Nessa perspectiva, Céli Regina Jardim Pinto (2003) destaca que o movimento autônomo de mulheres em Paris apresentava atuação significativa e compreendia a luta de classes e a libertação feminina como esferas distintas e, em certa medida, opostas. Segundo a autora, a relação entre feminismo e política configurava-se como contraditória e paradoxal, uma vez que, conforme Pinto (2003), no espaço da luta política tradicional, as mulheres não eram reconhecidas como sujeitos de direitos próprios, mas permaneciam invisibilizadas enquanto objetos de opressão em razão de sua condição de gênero.

Desse modo, o Círculo das Mulheres Brasileiras em Paris defendia uma concepção particular de autonomia feminina nas relações de gênero, sustentando a necessidade de independência do movimento. Entretanto, essa postura coexistia com o compromisso político de muitas de suas integrantes com a perspectiva marxista, que tendia a subordinar a luta das mulheres ao combate à dominação capitalista. Tal tensão evidenciava os dilemas enfrentados pelo feminismo no interior das organizações de esquerda e as disputas em torno da centralidade da pauta de gênero. Apesar das divergências internas, a temática da condição feminina permaneceu central nas reuniões do Círculo das Mulheres Brasileiras em Paris.

Conforme informa Natália Bastos (2006), o grupo organizava-se em torno de núcleos temáticos que abordavam questões como sexualidade, imprensa feminista, trabalho, maternidade, teatro, educação e aborto. As reuniões ocorriam semanalmente, e, uma vez por mês, realizava-se uma assembleia geral. Esse coletivo, composto por mulheres exiladas e militantes de esquerda, foi fortemente influenciado pelo movimento feminista francês. A experiência vivenciada no exterior contribuiu para ampliar o debate feminista entre essas brasileiras, impactando posteriormente a consolidação do feminismo no Brasil.

De acordo com Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff (2007), nas reuniões do Círculo das Mulheres Brasileiras em Paris, além das discussões acerca da condição feminina de modo geral, também eram realizadas denúncias sobre a situação política do Brasil sob a ditadura

civil-militar. Nessas ocasiões, destacavam-se as práticas de tortura contra presos políticos e as violações aos direitos humanos perpetradas pelo regime.

Nessa conjuntura, quando parte das integrantes do Círculo das Mulheres em Paris retornou ao Brasil, organizou o jornal *Nós Mulheres*, cuja circulação ocorreu entre 1976 e 1978. Desse modo, militantes de esquerda passaram a editar um periódico de orientação feminista. É possível afirmar que a experiência do exílio e o contato com as discussões desenvolvidas no Círculo das Mulheres de Paris exerceram influência significativa na elaboração do jornal. A vivência do feminismo no contexto europeu contribuiu para a ampliação das perspectivas teóricas e políticas dessas mulheres. Assim, “quando essas brasileiras voltaram do exílio para tomar frente das manifestações, estavam essas mulheres que bebiam nas fontes europeias, as ideias frescas do feminismo” (Camargo, 2010, p. 75).

O jornal *Nós Mulheres*, desde seu primeiro editorial, afirmava explicitamente sua identificação com o feminismo. O periódico foi publicado pela Associação de Mulheres de São Paulo ao longo de seus dois anos de existência, com oito edições que circularam entre 1976 e 1978. Em suas matérias, o jornal apresentava denúncias acerca da situação da mulher na sociedade. De acordo com Juliana Timião (2009), entre os temas abordados estavam a desigualdade salarial entre homens e mulheres, a dupla jornada de trabalho, bem como questões relacionadas à contracepção e ao aborto.

Nesse contexto, observa-se que o feminismo brasileiro, na década de 1970, esteve diretamente relacionado à conjuntura de repressão política instaurada pelo regime ditatorial, uma vez que a edição dos jornais feministas contou, majoritariamente, com a participação de militantes de esquerda. Essa vinculação política articulou o movimento às reivindicações populares protagonizadas por grupos de mulheres dos bairros periféricos, especialmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. As demandas por creches, escolas e melhores condições de trabalho tornaram-se pautas centrais nessas mobilizações, refletindo-se de maneira significativa na atuação do feminismo da chamada “segunda onda” no país. Desse modo, as ações feministas no Brasil foram moldadas tanto pelas condições autoritárias do período quanto pelas necessidades concretas expressas nas lutas sociais urbanas. “Nós Mulheres e Brasil Mulher, trouxeram para o debate, a necessidade da transformação econômica e social para que as condições de vida[...] de ambos os sexos se tornassem adequadas” (TELES, 1999, p. 91).

Desse modo, a especificidade do feminismo brasileiro reside na própria origem do movimento, que se estruturou inicialmente entre as camadas médias da população e, posteriormente, expandiu-se para os grupos sociais populares por meio das organizações de bairro, configurando-se como um movimento de caráter interclasse. Essa dinâmica favoreceu a

articulação entre diferentes experiências sociais e políticas, ampliando o alcance das reivindicações femininas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* evidencia que o feminismo brasileiro da década de 1970 constituiu-se em um campo político atravessado por disputas, negociações e limites impostos pelo autoritarismo. Longe de representar um movimento homogêneo, a segunda onda desenvolveu-se de forma situada, tensionada entre a defesa da autonomia feminista, a militância de esquerda e a luta pela redemocratização.

A imprensa feminista desempenhou papel central nesse processo, atuando não apenas como meio de divulgação de reivindicações, mas como arena de disputa simbólica. Nos periódicos analisados, negociaram-se sentidos atribuídos à emancipação feminina, prioridades estratégicas e a própria legitimidade da pauta de gênero no interior das forças oposicionistas. Enquanto o *Brasil Mulher* evidenciou tensões em torno da incorporação explícita do feminismo e sua relação com outras agendas políticas, o *Nós Mulheres* afirmou de maneira mais incisiva a autonomia da luta feminista, tensionando sua subordinação às diretrizes partidárias.

Conclui-se que, sob vigilância e censura, a imprensa feminista contribuiu decisivamente para a constituição de uma esfera pública feminina. A segunda onda no Brasil configurou-se, assim, como experiência própria, moldada pelas condições autoritárias e pelas disputas internas que marcaram o cenário político dos anos 1970.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Natália de Souza. **Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda. Brasil – anos 1960-1980.** 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

BRASIL MULHER. Editorial. Ano I, n. 0. Londrina, 1975. Apud: LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira.* **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 234-241, jan./jun. 2003.

CAMARGO, Ayla. Nas origens do movimento feminista “revisitado” no Brasil: o Círculo de Mulheres de Paris. In: **SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**, 1., 2010, Londrina. **Anais** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010. p. 71-80.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Niterói, v. 4, n. 2, p. 9-35, 2005.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 234-241, jan./jun. 2003.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: WOLFF, Cristina Scheibe; PEDRO, Joana Maria (org.). **Gênero, feminismo e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 15, p. 398-405, set./dez. 2011.

PEDRO, Maria Joana. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 55-69, jan./jun. 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, maio/ago. 2004.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

TELLES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TIMIÃO, Juliana Segato. *Escritas feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1980)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

WOLFF, Cristina Scheibe; PEDRO, Joana Maria (org.). **Gênero, feminismo e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.